

destaques do mês

Governo estuda mudar concessão de ferrovias

O Governo estuda um novo modelo de concessão para as ferrovias, explica José Eduardo Castello Branco, Presidente da Valec. O modelo em estudo é o chamado *open access* (acesso aberto), que se tornou compulsório na Europa e na Austrália. Por ele, uma empresa é a mantenedora da via, mas vários clientes podem operá-la. Esse novo modelo acaba com um problema vivido hoje pelas empresas transportadoras por ferrovias, que é o chamado direito de passagem. As concessionárias resistem em permitir que trens de outras empresas utilizem a linha férrea. Castello Branco reforça que já existem normas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) que obrigam o direito de passagem. A Presidente Dilma Rousseff informou à sua equipe que vai decidir sobre a adoção ou não do novo modelo. O Presidente da Valec acredita que a decisão deverá ser tomada até agosto, prazo em que será entregue um novo trecho da Norte-Sul, depois de cinco anos de paralisia. Em junho, a Valec lançou também um edital para contratar uma consultoria para elaborar o estudo de viabilidade da extensão da Norte-Sul entre as cidades de Panorama (SP) e o porto de Rio Grande (RS) - trecho de 1.200 km que custará perto de R\$ 6 bilhões e ligará o Norte ao Sul do País. Não há previsão de prazo para a conclusão da obra. Só o estudo levará um ano. Também começou a ser estudada uma ferrovia ligando Maracaju (MS) a Cascavel (PR), um trecho de 420 km estimado em R\$ 2,1 bilhões. (20.06.2012 – O Estado de São Paulo)

Internet popular poderá ser mais veloz

O Governo Federal poderá revisar a velocidade mínima estabelecida para as conexões do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), atualmente de 1 megabit por segundo (Mbps). Essa medida poderia vir, segundo o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, em contrapartida à política de desoneração dos investimentos em redes de dados e isenção fiscal de aparelhos de acesso à internet, como os smartphones, por exemplo. O Ministro não deu detalhes sobre o momento ou a proporção de aumento da velocidade mínima do plano de internet popular, que custa R\$ 35 por mês, e explicou também que em 2014 talvez não seja interessante oferecer um produto de 1 Mbps. Ao ser lançado, o PNBL previa a oferta de planos de internet com 512 Kbps, mas a Presidente Dilma Rousseff exigiu que a velocidade mínima do programa atingisse 1 Mbps. (21.06.2012 – Valor Econômico)

painel

■ Resolução nº 2.510 traz novas regras para outorga na navegação marítima e de apoio

A ANTAQ alterou no dia 20.06.2012 a norma para outorga de autorização à pessoa jurídica que pretenda operar nas navegações de longo curso, cabotagem, apoio marítimo e apoio portuário. Mais informações: www.antaq.gov.br

Novas licitações de aeroportos ficam para 2013

A segunda rodada de concessões de aeroportos ficou para 2013. Sem nenhum novo anúncio, o Governo reconhece que não tem mais tempo hábil para fazer os leilões dos aeroportos do Galeão (RJ) e de Confins (MG) neste ano, já que os estudos econômicos para essas concessões ainda não foram encomendados. A orientação dada pela Presidente Dilma Rousseff aos seus Ministros é de que somente ela poderá anunciar novas concessões. Sem a presença de Dilma na solenidade de assinatura dos contratos dos três aeroportos já licitados, o Governo evitou falar sobre mudanças nas regras do próximo leilão. Gustavo do Vale, no entanto, avançou sobre um dos pontos mais polêmicos da primeira rodada de concessões: a participação de 49% da Infraero no capital das empresas que assumem a administração dos aeroportos deve ser mantida. (15.06.2012 – Valor Econômico)

Petrobras anuncia aumento no preço dos combustíveis nas refinarias e Governo zera a CIDE

A Petrobras anunciou aumento nos preços da gasolina e do óleo diesel nas refinarias, mas o Governo abriu mão da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) para que a alta não chegue ao consumidor. A gasolina pura nas refinarias da Petrobras, sem imposto, está valendo, em média, 20% a menos que o preço nos mercados internacionais. A defasagem no preço prejudica o caixa da Petrobras, que anunciou que vai aumentar em 7,8% o preço da gasolina e em 3,9% o valor do diesel. Esse reajuste é para o combustível das refinarias vendido às distribuidoras, onde a gasolina recebe a mistura de álcool. Para que esse aumento não chegue ao consumidor final, o Governo vai zerar a alíquota da Cide. Conforme a Petrobras, a Cide representa 11% do preço da gasolina que chega ao consumidor. A contribuição foi instituída em 2001 para financiar a infraestrutura de transportes e os programas ligados ao setor. (23.06.2012 - G1)

Energia pode ter menos impostos

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, informou que o Governo Federal está estudando reduzir o preço da energia por meio da desoneração de impostos do setor energético. O Ministro explicou que a energia se torna cara na medida em que os impostos e os tributos Estaduais e Federais incidem sobre o preço das tarifas. Atualmente, são cobrados dez encargos setoriais nas contas de luz, mais os impostos federais, estaduais e municipais. Segundo o Instituto Acende Brasil, os encargos e impostos representam 45,36% do total da conta de luz. Em maio, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou a redução da Conta Consumo Combustível (CCC), um encargo pago por todos os consumidores brasileiros para financiar o uso de combustíveis para geração de energia termelétrica nos sistemas isolados. (21.06.2012 – Valor Econômico)

Preço da energia no mercado livre deve subir em 2014

O preço da energia elétrica no mercado livre de energia deve subir entre 2013 e 2014, ano em que o Brasil vai sediar a Copa do Mundo. O evento deve aumentar a demanda por eletricidade no País, sobretudo nos setores relacionados à prestação de serviços, como metrô, shopping centers e hotéis. A Brix, plataforma eletrônica de comercialização de energia criada em 2011, lançou seu primeiro indicador de preços futuros, que mostra que os agentes consideram uma elevação das cotações daqui a dois anos em relação aos valores pagos ao longo do ano que vem. Com base nos números da Brix, os contratos para agosto e setembro deste ano estão sendo negociados por R\$ 132/MWh. O preço refere-se à energia convencional entregue nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Os contratos para outubro, novembro e dezembro já sinalizam uma queda de 5% nas cotações, para R\$ 125/MWh. Nos contratos com vencimento em 2013, o mercado projeta preços de R\$ 96/MWh entre janeiro e julho e de R\$ 95/MWh entre julho e dezembro. A partir de 2014, porém, há a tendência de alta. Os agentes negociam a energia para daqui a dois anos por R\$ 100. Os valores não conseguem capturar possíveis fatores climáticos adversos que influenciam o custo da energia no país. Esse custo está refletido no PLD (preço de liquidação de diferenças), que é divulgado semanalmente com base nas informações fornecidas pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico). (19.06.2012 – Valor Econômico)

Só 15% dos recursos do orçamento destinados à infraestrutura foram usados

A execução do orçamento de 2012 até maio explica a preocupação da Presidente Dilma Rousseff com a lentidão dos investimentos públicos na esfera Federal e os anúncios de medidas para aquecer a economia. Os três ministérios responsáveis por obras de infraestrutura — Transportes, Integração Nacional e Cidades — executaram apenas 15% dos investimentos previstos para o ano. Para estimular os investimentos públicos e privados, o Governo estuda ações em várias frentes. Boa parte delas só terá efeito em médio prazo, sobretudo quando se trata de novos projetos. A ideia é oferecer ao empresariado uma proposta concreta, uma fonte firme de receita. Para isso, uma das principais alternativas é prosseguir com o cronograma das concessões de aeroportos e rodovias — os trechos da BR-040, de Brasília ao Rio e partes da BR-116 em Minas Gerais estão no rol das concessões. Além disso, o Governo vai reformular o edital do Trem de Alta Velocidade para chegar a um valor de consenso com o setor privado e vai acelerar investimentos nas Ferrovias Norte-Sul e Leste-Oeste. (05.06.2012 - O Globo)

Nova lei pode aumentar custo de transporte rodoviário em até 30%

Entrou em vigor no dia 16 de junho a Lei 12.619 que regulamenta a profissão de caminhoneiro. O ponto mais polêmico dessa lei é o que se refere ao tempo máximo que o profissional poderá dirigir sem intervalo. A lei estabelece a obrigatoriedade de reservar 11 horas por dia para o descanso, o que poderá dobrar o tempo de viagem. A nova lei busca segurança nas rodovias a partir da redução da carga horária do motorista. Porém, se ela é boa pelo lado social, trará dificuldades quanto a encontrar pontos de parada para todos. A própria Polícia Rodoviária não permite que os caminhões parem nos seus postos de fiscalização. O maior reflexo da lei será o aumento no valor do transporte, que pode chegar até 30%, além da redução de ganho para a categoria. O transporte rodoviário é responsável por 58% das mercadorias transportadas no País. Alguns presidentes de associações e federações de caminhoneiros criticam a decisão do Governo. Para eles, antes de criar uma nova lei, deveria ser priorizada a melhoria da infraestrutura para o setor. Será difícil de cumprir a norma e se houver fiscalização intensa poderá até inviabilizar a sequência da prestação do serviço. (17.06.2012 - Folha de São Paulo)

Novas fontes de financiamentos podem suprir a necessidade de investimentos em infraestrutura

De acordo com a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib), seriam necessários anualmente R\$ 180 bilhões em investimentos até 2015 para modernizar o setor no País. Atualmente os investimentos podem ser alcançados com o incentivo dado à iniciativa privada para financiar seus próprios projetos por meio da emissão de dívida no mercado de capitais. Resta saber se haverá demanda, por se tratar de uma área que depende de aportes grandiosos, mas que tem retorno demorado. Muitas empresas reclamam da falta de planejamento do Governo nas licitações, em questões de licenciamentos e da falta de avaliações sobre os retornos para os investidores. De acordo com Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), R\$ 50 bilhões devem ser arrecadados este ano junto ao mercado de capitais para financiar os projetos. A área de investimentos do Banco Estatal já possui R\$ 10 bilhões para aportar nas companhias. Segundo Fernando Camargo, diretor da LCA Consultores, apenas os setores de transporte e saneamento consumirão R\$ 65 bilhões do total de R\$ 180 bilhões previstos pela Abdib. Já a exploração do pré-sal pode necessitar de montantes superiores a R\$ 70 bilhões por ano. Com as diretrizes do Planalto de investimentos de cerca de R\$ 40 bilhões este ano em infraestrutura, além dos R\$ 60 bilhões financiados pelo BNDES, outros R\$ 80 bilhões seriam arcados pelas Parcerias Público Privada (PPPs) e pelas debêntures de infraestrutura. Dois bancos estrangeiros, que estão assessorando grandes companhias na emissão das debêntures de infraestrutura, indicam que os setores de saneamento e de transportes, principalmente portos e rodovias, estão no centro da discussão. (12.06.2012 - Brasil Econômico)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de maio de 2012 até 31 de dezembro de 2016

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	2.210	3.748	1.323	2.302	4.039	13.622
Otimista	2.210	3.778	1.323	2.302	4.039	13.651

Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	3.248	825	499	1.350	0	5.922
Otimista	3.270	5.145	1.698	2.050	0	12.164

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	2.121	1.316	86	18	0	3.540
Otimista	3.264	3.354	1.667	682	16	8.984

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	7.579	5.889	1.907	3.670	4.039	23.084
Otimista	8.744	12.277	4.688	5.034	4.055	34.799

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

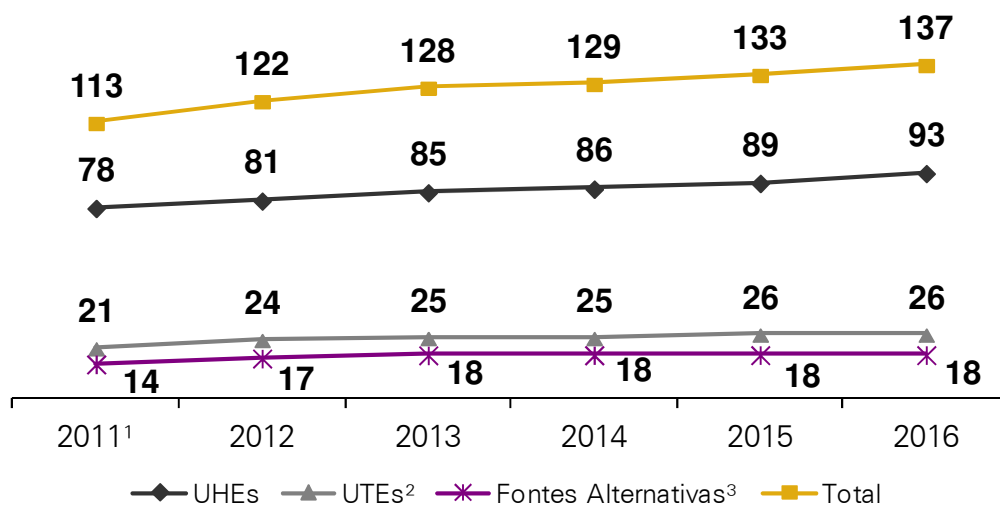
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 3% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de maio de 2012 e 31 de dezembro de 2016.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 34,8 mil MW no período 2012-2016. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,8% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

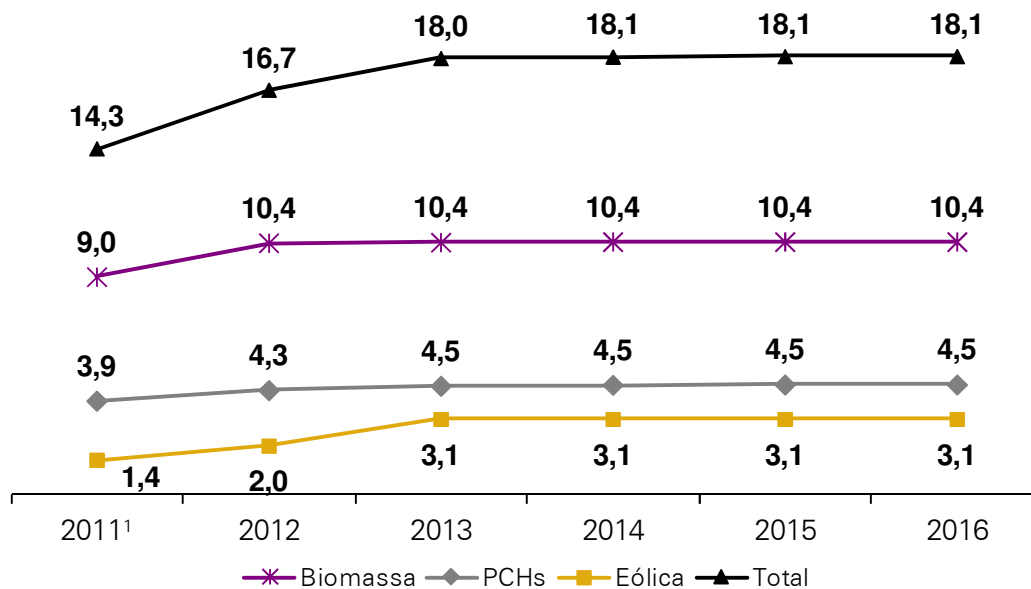
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2011.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2011.

Entre abril de 2012 e 2016, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 18% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 30% no mesmo período.

Em dezembro de 2011, as UHEs representavam 69% da capacidade total instalada e em 2016 deverão representar 67%. A participação na capacidade total instalada das UTES deve aumentar de 18% para 20%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer em 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve permanecer em 3% em 2016.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2016, deve ser de 2%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2012, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 7,5% e 3%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2016, uma apresenta restrição para a contratação de 30 MW: Salto Curucaca (PR). No cenário conservador, 14 mil MW devem entrar em operação até 2016.

Em relação às termelétricas, apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação no cenário otimista, de 12,2 mil MW até 2016, apenas 5,9 mil MW (49%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

A usina hidrelétrica de Santo Antônio tem três unidades geradoras em operação comercial e a quarta foi comissionada com sucesso. Em fins de junho, a operação comercial desta última unidade dependia apenas do reconhecimento do ONS e da ANEEL, o que não deveria tardar. Em suma, a "1ª ilha de geração" da UHE Santo Antônio encontra-se em operação.

Essas máquinas estão conectadas ao Sistema Elétrico Regional Acre/Rondônia através da subestação provisória de 465 MVA. Com isso, a geração térmica da Região começa a ser substituída por hidráulica, porém ainda restrita a 180 MW devido a adequações no sistema, que estão sendo efetivadas pela Eletrobrás.

O Consórcio prevê contar com dez a doze unidades em operação até dezembro deste ano.

Os testes de comissionamento da 1ª etapa do Sistema de Transmissão do Madeira, que corresponde ao sistema *Back-to-Back*, serão iniciados agora, pois demandam a geração de quatro unidades de Santo Antônio. O bipolo (linha de 600 kV em corrente contínua) e as Subestações Conversoras (Porto Velho e Araraquara) não recuperaram seus atrasos. Na melhor das hipóteses, essas instalações estarão sendo testadas no final de 2012.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 567 MW de potência adicional até 2015. Já no cenário otimista, até 2015, devem entrar em operação 1,2 mil MW. As três pequenas centrais hidrelétricas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não têm previsão para a contratação de 32 MW previstos.

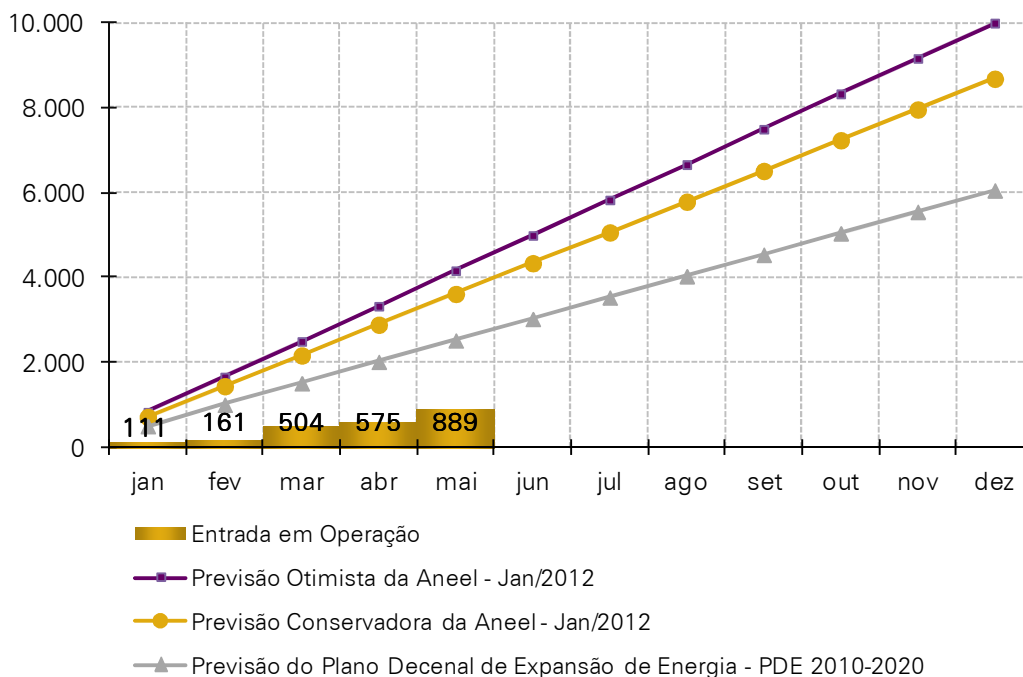
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,3 mil MW até 2014. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,9 mil MW até 2015. As seis usinas a biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

No cenário conservador, as usinas eólicas devem acrescentar 1,6 MW até 2013, sendo 93 MW (6%) referentes às usinas pertencentes ao PROINFA. Na previsão otimista, espera-se um incremento de 5,7 mil MW até 2015.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

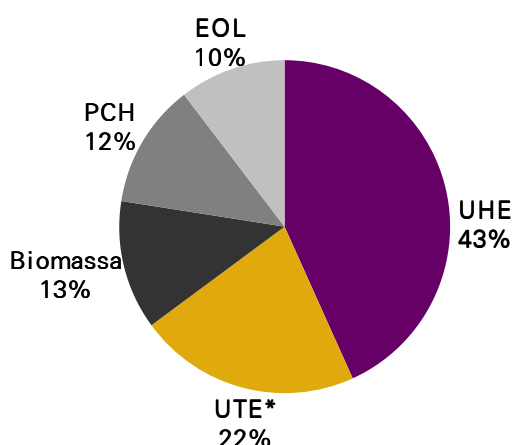
Expansão da Capacidade de Geração em 2012 (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2012, até 15 de maio, entraram em operação 889 MW. Desse total, as UTEs representaram 22% da potência total instalada. As UHEs representaram 43% da potência total instalada, no período, com a entrada em operação de 384 MW. As PCHs e EOLs representaram cada uma, respectivamente, 12% e 10% da capacidade instalada no período. As UTEs a biomassa representam 13% da potência instalada.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de maio de 2012



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em abril de 2012, 38.160 GWh, apresentando crescimento de 6% em relação a abril de 2011. No acumulado do ano, o crescimento foi de 5%.

Em abril de 2012, o consumo industrial de energia elétrica foi de 15.691 GWh, valor 2% superior ao observado no mesmo mês de 2011.

Em abril, a Região Sudeste se destacou pela fraca dinâmica no consumo industrial de energia, destoando das demais Regiões. A expansão de apenas 0,4% no consumo ocorreu devido à retração registrada em Minas Gerais e no Espírito Santo, onde o consumo no mês caiu respectivamente 2,3% e 4,6%, permanecendo a tendência desfavorável desde o início do ano, especialmente nas indústrias ligadas à cadeia metalúrgica e siderúrgica.

As demais Regiões apresentaram crescimento no consumo industrial em comparação com abril de 2011. As Regiões Sul, Nordeste e Norte expandiram o consumo em, respectivamente, 3,9%, 0,5% e 11,4%. O Centro-Oeste continua como a Região a apresentar a maior expansão mensal no consumo industrial de energia (12,9%).

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Abril 2011	Abril 2012	Var. %	Jan-Abr 2011	Jan-Abr 2012	Var. %
Residencial	9.236	9.912	7	37.997	39.670	4
Industrial	15.353	15.691	2	59.505	60.834	2
Comercial	6.302	6.864	9	25.263	27.013	7
Outras	4.944	5.693	15	20.599	22.415	9
Total	35.835	38.160	6	143.364	149.932	5

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de abril de 2012 foi de 63 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 2% inferior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. O crescimento da produção de petróleo no acumulado do ano foi de 4% em comparação a 2011.

O grau API médio do petróleo produzido em abril de 2012 foi de aproximadamente 23,7°, sendo que 9% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 56% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 35% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

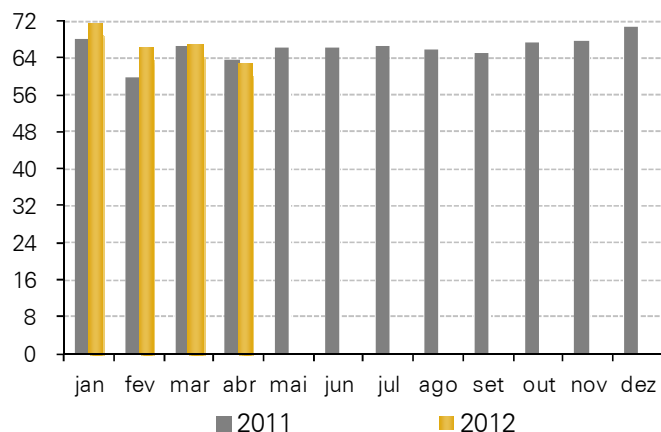
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em abril de 2012, foi de 58 milhões bep. Esse volume foi 5% superior ao observado em abril de 2011. No acumulado do ano, o crescimento foi de 3%.

De acordo com a ANP, em abril de 2012, cerca de 91% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em abril de 2012, foi de 21 milhões bep, valor 28% superior ao exportado em abril de 2011. No acumulado do ano, esse volume foi 15% superior em comparação ao mesmo período do ano anterior.

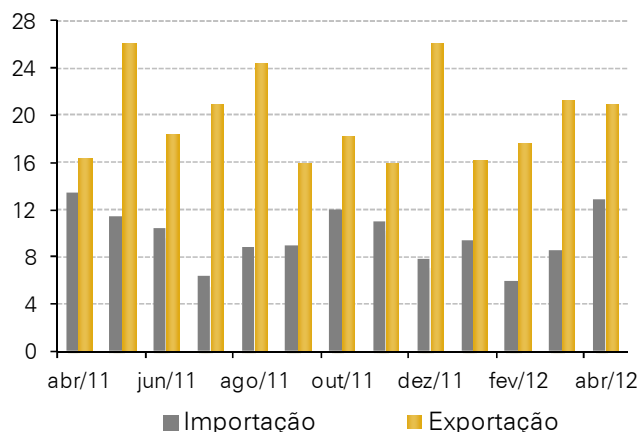
O preço médio do petróleo importado pelo País, em abril de 2012, foi de US\$ 130,19/barril, valor 8% superior ao observado em abril de 2011.

Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



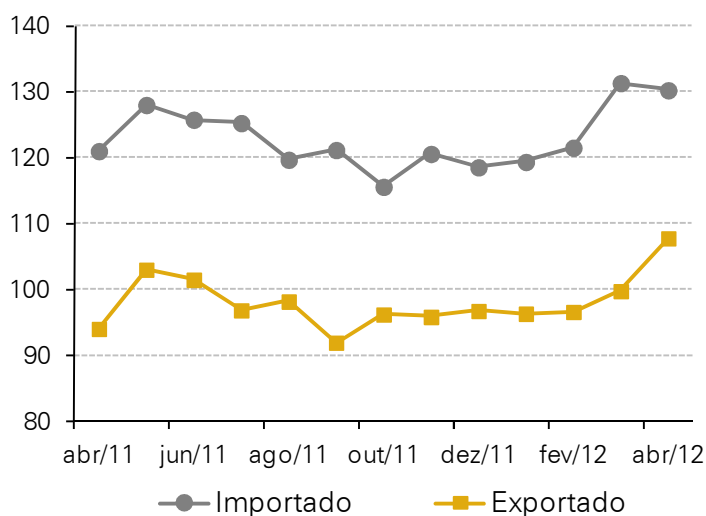
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

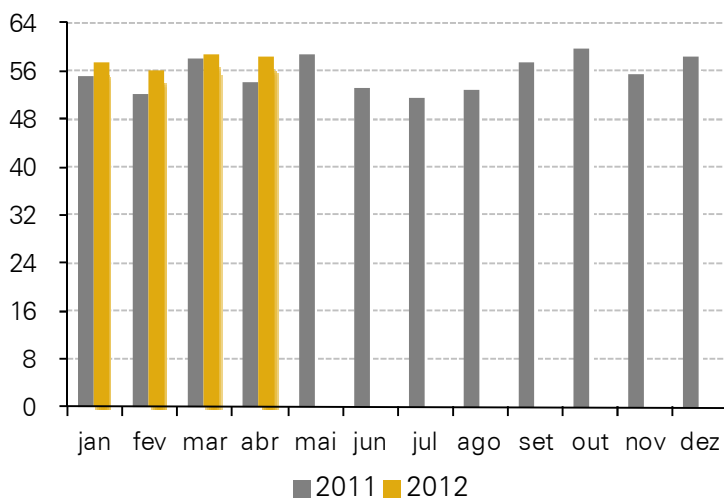


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

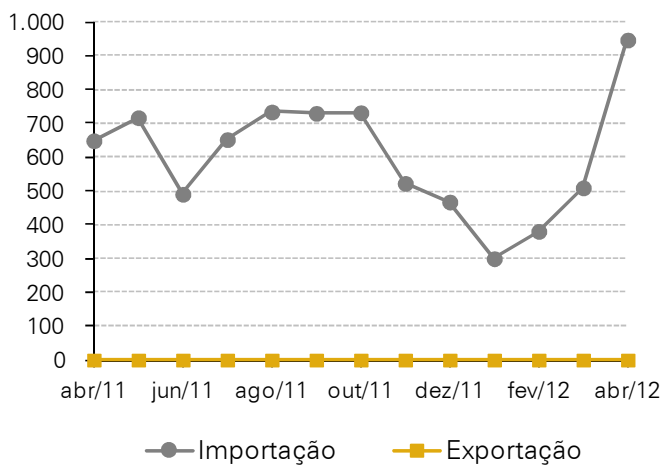
Em abril de 2012, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 58 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), valor 8% superior ao produzido em abril de 2011. Até abril de 2012, a produção apresentou aumento de 1% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



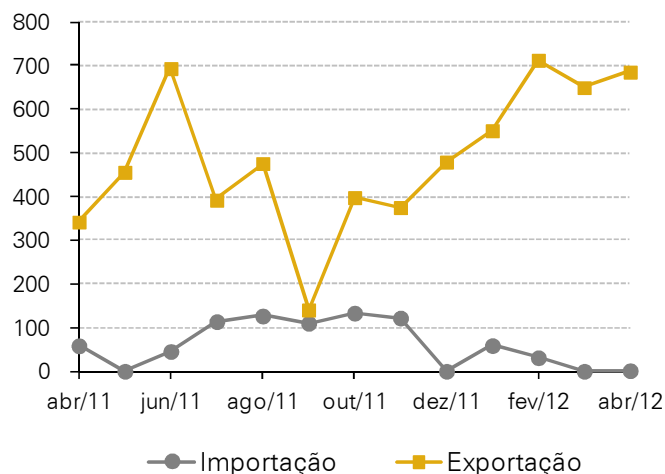
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

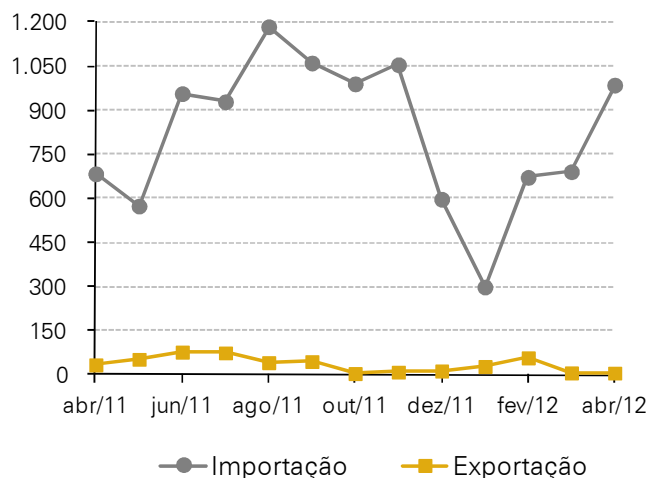


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em abril de 2012, foi de 17 milhões bep, valor 17% superior ao registrado em abril do ano anterior. Até abril, o volume de derivados importado foi 22% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

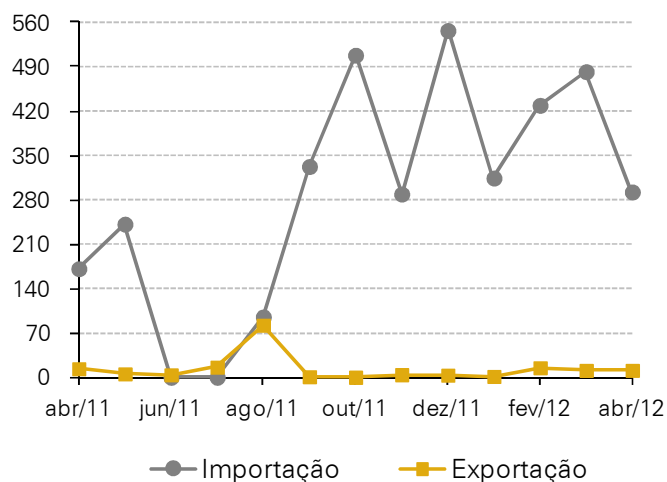
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em abril de 2012, foi constatado um total de 8 milhões bep, o que representa um volume 20% superior ao mesmo mês de 2011. No acumulado do ano, esse volume foi 8% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP)

Em abril de 2012, o Brasil registrou uma dependência externa nula (importação similar a exportação) na balança comercial de petróleo e derivados. No acumulado do ano, a dependência externa foi negativa, no valor de 7%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	abr/2011	jan-abr/2011	abr/2012	jan-abr/2012
Produção de Petróleo (a)	64	258	63	268
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-3	-23	-8	-39
Imp. Líq. de Derivados (c)	7	13	8	21
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	68	248	63	249
Dependência Externa (e)=(d-a)	4	-10	0	-19
Dependência Externa (%) (e)/(d)	6	-4	0	-7

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em abril de 2012, apresentou saldo negativo de US\$ 677 milhões FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 677 milhões FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ 938 milhões FOB.

No acumulado do ano, a balança apresentou saldo positivo de US\$ 224 milhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	abr/11	jan-abr/2011	abr/12	jan-abr/2012
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.536	5.546	2.251	7.616
Dispêndio com importação (b)	1.634	4.747	1.672	4.632
Balança Comercial (c)=(a-b)	-98	798	579	2.984
Derivados				
Receita com exportação (d)	775	3.017	933	3.801
Dispêndio com importação (e)	1.614	4.481	2.189	6.560
Balança Comercial (f)=(d-e)	-840	-1.464	-1.257	-2.759
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	2.311	8.563	3.184	11.417
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	3.249	9.229	3.861	11.192
Balança Total (i)=(g)-(h)	-938	-665	-677	224

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

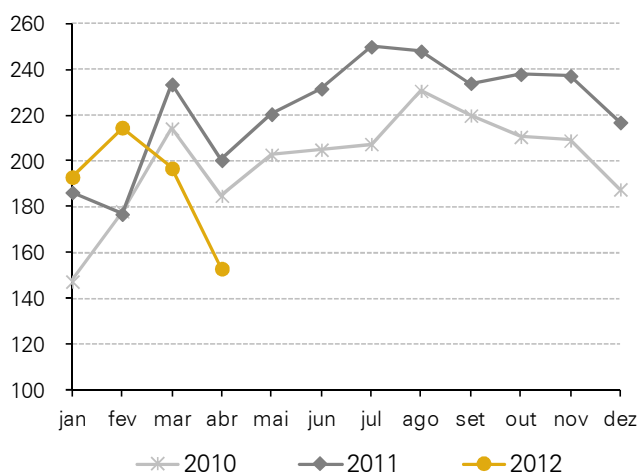
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em abril de 2012, foi de 153 mil m³, montante 24% inferior ao produzido em abril de 2011. No acumulado do ano, a produção foi 5% inferior.

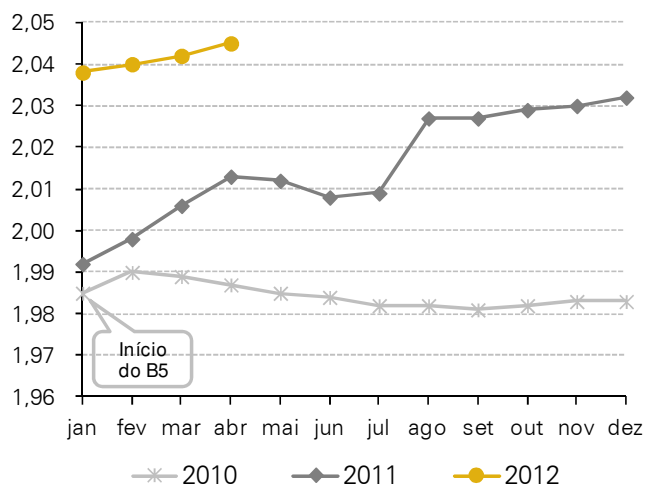
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em abril de 2012, foi de R\$ 2,04/ℓ, valor 1,6% superior observado em abril de 2011.

Produção de Biodiesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.
*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2011/2012 produziu, até o dia 1º de abril de 2012, 22.689 mil m³ de álcool, sendo 14.068 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (62%). Em relação ao mesmo período da safra 2010/2011, houve uma diminuição de 28%.

A produção total de álcool foi 18% inferior em relação à safra anterior, puxada pela diminuição da produção do álcool hidratado.

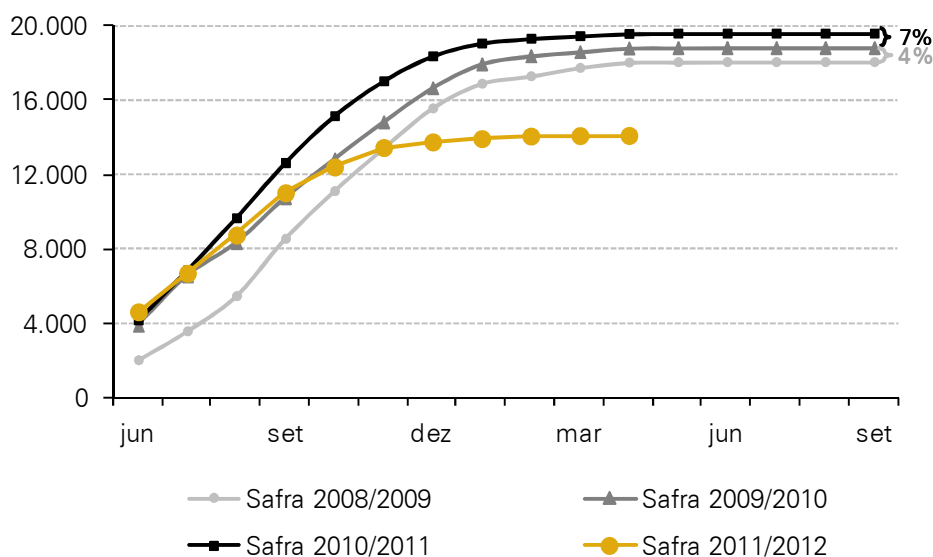
A produção de açúcar também apresentou queda. Até 1º de abril de 2012, produziu-se 35.964 mil ton de açúcar, volume 6% inferior ao observado no mesmo período da safra 2010/2011.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2010/2011 (até 1º de abril de 2011)	Safra 2011/2012 (até 1º de abril de 2012)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m³)	8.003	8.621	8
Álcool Hidratado (mil m³)	19.555	14.068	-28
Total Álcool (mil m³)	27.558	22.689	-18
Açúcar (mil ton)	38.115	35.964	-6

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



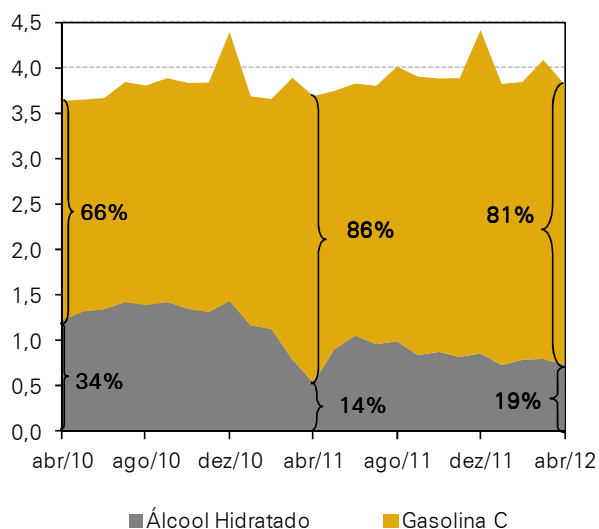
Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 734 mil m³ em abril de 2012. Esse número representa um aumento de 38% em relação a abril de 2011. No acumulado do ano, as vendas foram 16% inferiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

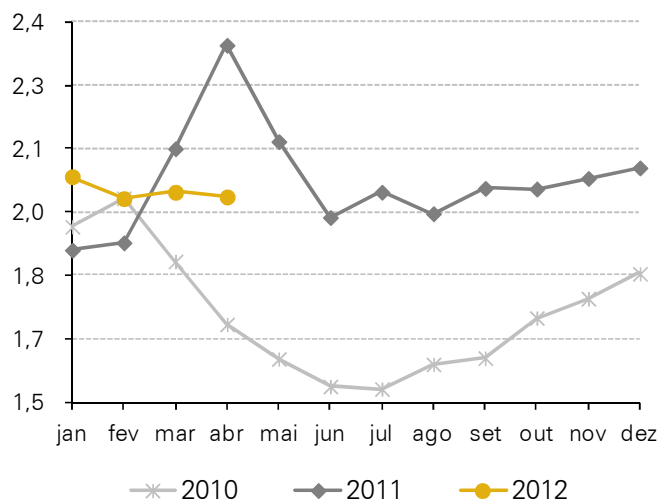
Em abril de 2012, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 1,99/ℓ, valor 15% inferior ao registrado em abril de 2011.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



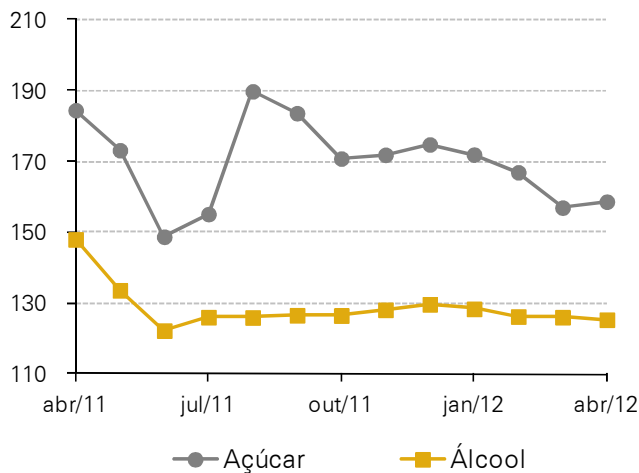
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em abril de 2012, foi de 65.313 mil m³, representando um aumento de 4% comparado à média verificada em abril de 2011. No acumulado do ano, esse valor foi 7% superior ao apresentado no mesmo período de 2011.

A importação de gás natural realizada pelo País em abril de 2012 foi de 38.807 mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 81.130 mil m³/dia. Este montante é 32% superior ao observado em abril de 2011. No acumulado do ano, a oferta total de gás natural foi 15% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 36% em abril de 2012. Em abril de 2011, essa proporção havia sido de 40%.

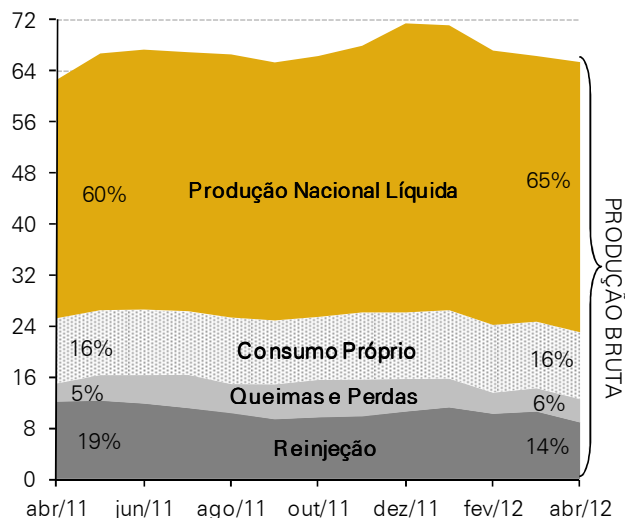
Balço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em abr/2011	Média do período jan-abr/2011	Média em abr/2012	Média do período jan-abr/2012
Produção Nacional¹	62.544	63.263	65.313	67.446
- Reinjeção	12.129	11.924	8.890	10.249
- Queimas e Perdas	2.866	4.355	3.632	3.767
- Consumo Próprio	10.174	10.058	10.468	10.539
= Produção Nac. Líquida	37.375	36.926	42.323	42.891
+ Importação	24.155	27.397	38.807	30.761
= Oferta	61.530	64.323	81.130	73.651

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

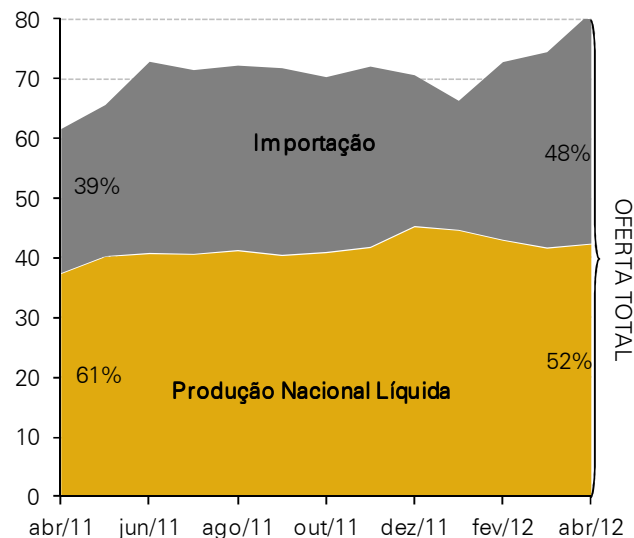
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em abril de 2012 foi, em média, de 59 milhões de m³/dia. Essa média é 24% superior ao volume médio diário consumido em abril de 2011. No acumulado do ano, o consumo nacional foi 14% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	abr/12	jan-abr/2012	abr-2012/ abr-2011	Acumulado do ano
Industrial	27.949	28.306	-6	0
Automotivo	5.357	5.338	-1	1
Residencial	807	772	-6	2
Comercial	704	680	6	5
Geração Elétrica	18.067	11.347	162	102
Co-geração*	3.027	2.979	3	-4
Outros	2.812	1.408	186	65
Total	58.723	50.831	24	14

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

O setor industrial, em abril de 2012, consumiu 28 milhões de m³/dia de gás natural, o que representa uma diminuição de 6% em relação ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, não houve variação no consumo industrial de gás natural.

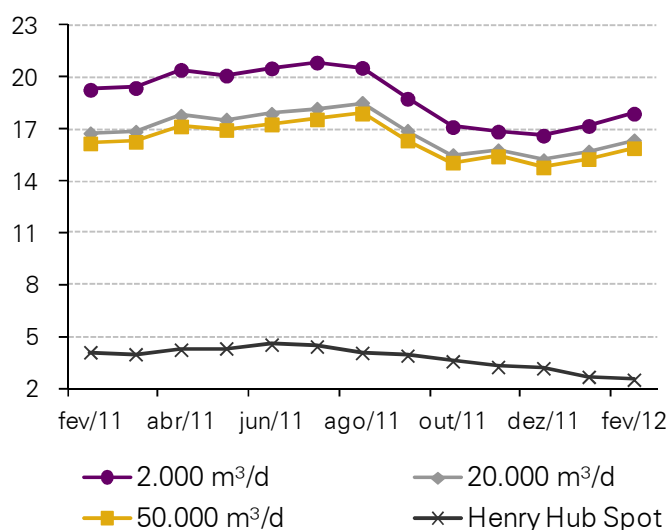
A indústria foi responsável por 48% do volume total de gás consumido em abril de 2012. O setor foi seguido pela geração elétrica responsável por 31% do consumo de gás natural em abril de 2012. No acumulado do ano, o despacho térmico cresceu 102%.

4.3. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em fevereiro de 2012, foi de US\$ 16,73/MMBtu, valor 4% inferior ao apresentado em fevereiro de 2011 (US\$ 17,42/MMBtu). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em fevereiro de 2012, o preço médio ponderado do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 2,51/MMBtu, valor 39% inferior ao apresentado em fevereiro de 2011 (US\$ 4,09/MMBtu). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

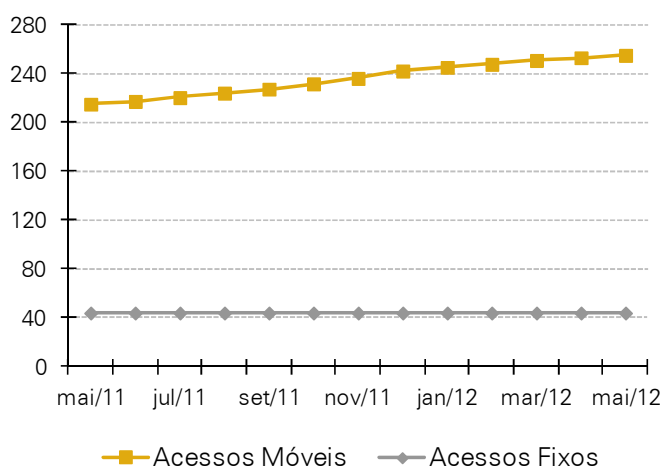
² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em maio de 2012, o número de acessos móveis em operação foi de 255 milhões, montante 18% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos tem sido de aproximadamente 1,4% ao mês.

**Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação
(milhão)**



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em maio de 2012, o número de acessos fixos foi de 44,2 milhões, valor similar ao averiguado em maio de 2011.

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em fevereiro de 2012, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve diminuição de 19%, enquanto a movimentação de granel líquido foi 8% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em fevereiro de 2012, foi 11% inferior em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

	Período		Variação %
	Fev/2011	Fev/2012	Fev-2012 / Fev-2011
Granel Sólido (a)	39.715	32.164	-19%
<i>Portos Públicos</i>	12.130	6.854	-43%
<i>TUPs</i>	27.585	25.310	-8%
Granel Líquido (b)	14.710	15.888	8%
<i>Portos Públicos</i>	2.896	2.984	3%
<i>TUPs</i>	11.814	12.904	9%
Carga Geral Solta (c)	3.352	3.284	-2%
<i>Portos Públicos</i>	1.093	758	-31%
<i>TUPs</i>	2.258	2.526	12%
Total (a+b+c)	57.777	51.336	-11%

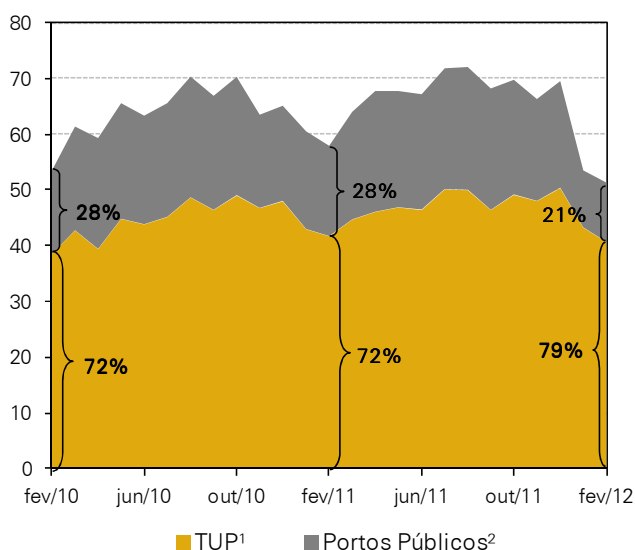
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (104 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

Em fevereiro de 2012, os TUPs representaram 79% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 40.740 mil toneladas, volume 2% inferior a fevereiro de 2011. Os portos públicos movimentaram 10.596 mil toneladas em fevereiro de 2012, volume 35% inferior ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas (milhões t)

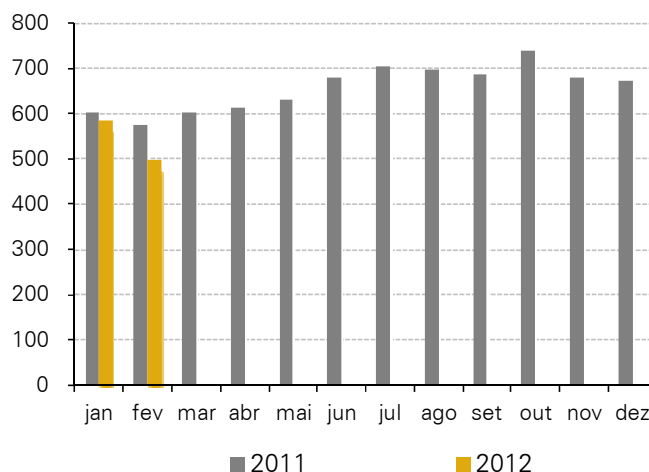


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (104 instalações)

² Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Contêineres* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (104 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

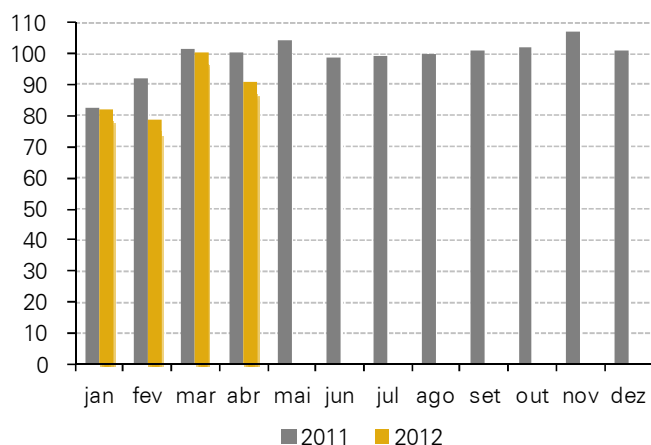
A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País em fevereiro de 2012 foi de 499.829 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 13% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Em abril de 2012, 15,1 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero, volume 2% superior à ocorrida no mesmo período de 2011. Observa-se um crescimento contínuo da movimentação dos passageiros.

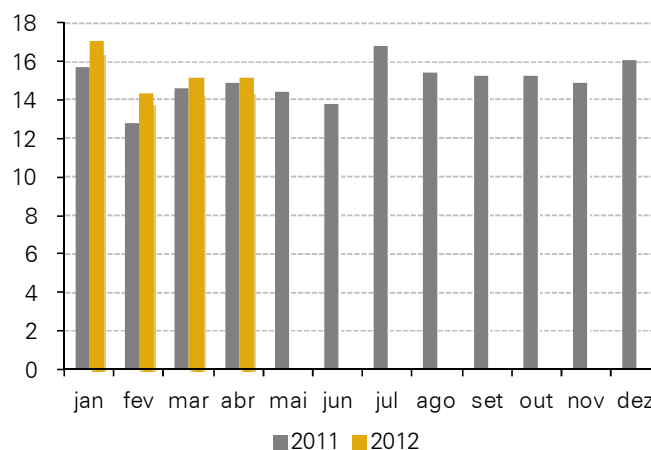
A movimentação de carga aérea total no País, em abril de 2012, foi de 91 mil toneladas, montante 9% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior

Movimentação mensal de Cargas (mil toneladas)



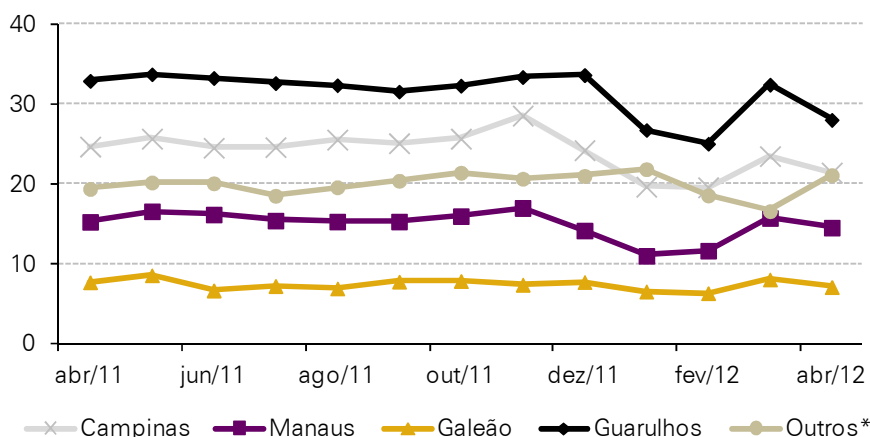
Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros (mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Carga Aérea nos Principais Aeroportos¹ (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

¹ Dados referente a carga movimentada na Rede de Terminais de Logística de Carga (TECA).

*30 demais aeroportos da rede TECA não mencionados

Movimentação Mensal e Acumulada de Passageiros nos Aeroportos*

Ano	Jan-Abr (mil)	Variação (%)	Abril (mil)	Variação (%)
2003	23.033	-	5.908	-
2004	25.434	10	6.390	8
2005	29.892	18	7.371	15
2006	33.686	13	8.350	13
2007	36.527	8	9.489	14
2008	37.935	4	9.650	2
2009	38.387	1	9.689	0
2010	48.567	27	11.631	20
2011	57.951	19	14.889	28
2012	61.803	7	15.143	2

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Aeroportos gerenciados pela Infraero (66 aeroportos).

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a abril de 2012, foi de 142 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 4% superior ao mesmo período de 2011. Nesse período, a produção carga geral não containerizada e soja e farelo de soja foram os setores que apresentaram maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias, 185% e 33% cada. O minério de ferro correspondeu a 73% do total movimentado em abril de 2012.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Abr

Ano	2011	2012	Variação (%)
	Jan-Abr (mil TU)	Jan-Abr (mil TU)	
Mercadoria			
Minério de Ferro	103.818	107.367	3
Soja e Farelo de Soja	7.584	10.108	33
Indústria Siderúrgica	5.520	5.516	0
Carvão/Coque	3.928	3.657	-7
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	3.054	3.244	6
Grãos Minerais	3.127	3.157	1
Produção Agrícola (exceto soja)	3.573	2.133	-40
Adubos e Fertilizantes	1.529	1.862	22
Indústria Cimenteira e Construção Civil	1.680	1.589	-5
Extração Vegetal e Celulose	1.407	1.541	10
Cimento	985	961	-2
Container	794	763	-4
Carga Geral - Não Containerizada	37	106	185
Total	137.036	142.004	4

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em maio de 2012, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 61 milhões de toneladas, montante 2% superior ao averiguado em maio do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 95%. No acumulado do ano, a movimentação total de exportação e importação foi 1% inferior a observada no mesmo período de 2011.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	mai/2012	jan-mai/2012	mai-2012 / mai-2011	Acumulado do ano
Marítimo	57.503	247.266	-3	-1
Fluvial	1.276	5.088	8	-28
Aéreo	118	571	-5	-3
Ferrovário	54	252	-22	-2
Rodoviário	994	4.518	6	7
Outros*	808	3.799	5	0
Total	60.753	261.494	2	-1

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em abril de 2012, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 3,6 bilhões, valor 5% superior ao valor aportado em abril do ano anterior. Em 2012, até abril, o desembolso do BNDES totalizou R\$ 13 bilhões, montante 4% inferior ao observado no mesmo período 2011.

Desembolso mensal BNDES

Setor	abr/2011 R\$ milhão	jan-abr/2011 R\$ milhão	abr/2012 R\$ milhão	Participação %	jan-abr/2012 R\$ milhão	acum-12/acum-11 %
Refino e Álcool	220	859	239	7	598	-30
Energia Elétrica e Gás Natural	543	2.732	1.696	47	4.407	61
Saneamento	301	565	107	3	589	4
Telecomunicações	16	139	5	0	603	333
Transporte	2.357	9.146	1.556	43	6.770	-26
<i>Aéreo</i>	18	179	4	-	17	-90
<i>Aquaviário</i>	76	433	37	-	364	-16
<i>Terrestre</i>	2.263	8.534	1.516	-	6.389	-25
Total Infraestrutura	3.437	13.442	3.603	100	12.966	-4

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2012 foi de, aproximadamente, R\$ 2,2 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 83 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 4% do orçamento total de 2012 ou 2% do PIB de 2011, que totalizou R\$ 4,143 trilhões.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto e em relação ao orçamento total (R\$ 17,7 bilhões, ou 22% do orçamento de investimentos).

Do orçamento de investimentos da União para 2012, foram empenhados, até o dia 27 de junho, R\$ 20,2 bilhões (24% do autorizado). O montante liquidado foi de R\$ 3,9 bilhões e pago foi de R\$ 3,8 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 17 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 17,7 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2012, R\$ 5 bilhões foram empenhados (29% do orçamento) até o dia 27 de junho. O montante liquidado foi de R\$ 369 milhões e o pago foi de R\$ 356 milhões. Os restos a pagar pagos somam R\$ 3,1 bilhões.

Cerca de 78% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 13,8 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,7 bilhões, ou 15%) e hidroviário (apenas R\$ 406 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2012, cerca de R\$ 176 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 5,9 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 10,4 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 51,5 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2012.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 30% foram pagos até 27 de junho (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 24% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2012, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 41,8 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 40% no Ministério das Cidades (R\$ 16,8 bilhões) e 37% no Ministério dos Transportes (R\$ 15,5 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou 37% do orçamento autorizado, até 27 de junho. A liquidação e o pagamento realizado foi de R\$ 1,8 bilhão. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 14 bilhões. Restam R\$ 24 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2012 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 27/06/2012*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.013	101	10	4	0	4	0	276	280	532
MAPA	1.829	85	5	1	0	1	0	316	317	622
MCT	1.729	266	15	104	6	98	6	368	467	653
MDIC	0	0	-	9	-	9	-	36	45	44
MME	124	15	12	8	6	8	6	21	29	18
M. Transportes	17.682	5.155	29	369	2	356	2	3.057	3.413	7.296
M. Comunicações	103	5	5	0	0	0	0	20	20	43
MMA	218	13	6	1	1	1	1	31	32	15
MDA	1.101	84	8	14	1	14	1	284	298	611
M. Defesa	9.725	3.691	38	1.303	13	1.274	13	1.377	2.651	2.369
M. Int. Nacional	6.726	1.707	25	212	3	211	3	980	1.191	4.518
M. das Cidades	8.923	1.728	19	152	2	149	2	1.156	1.305	9.407
Outros**	33.903	7.331	22	1.682	5	1.655	5	5.691	7.346	16.109
Total	83.077	20.181	24	3.859	5	3.779	5	13.614	17.393	42.238

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2012 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 27/06/2012*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferroviário	2.715	642	24	33	1	26	1	311	337	1.326
Hidroviário	406	49	12	4	1	4	1	14	18	221
Portuário	77	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rodoviário	13.816	4.349	31	326	2	320	2	2.672	2.992	5.441
Outros	669	114	17	6	1	6	1	61	67	307
Total	17.682	5.155	29	369	2	356	2	3.057	3.413	7.296

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2012

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 27/06/2012* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	176	(4)	81	91
União	5.872	(344)	1.135	4.393

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 27/06/2012* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	10.422	(241)	2.976	7.205
União	51.541	(1.216)	12.479	37.845

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2012 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 27/06/2012*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f = d + e)	RP a pagar
Presidência da República	995	366	37	321	32	321	32	140	461	390
M. Planejamento	2	0	0	0	-	0	-	0	0	0
MAPA	0	0	-	0	-	0	-	1	1	0
MCT	0	0	-	0	-	0	-	12	12	0
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	550	550	80
MEC	2.848	1.123	39	451	16	447	16	384	831	635
MME	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Justiça	424	44	10	17	4	16	4	53	69	139
M. Saúde	1.891	629	33	400	21	400	21	519	919	2.837
M. Transportes	15.515	5.186	33	338	2	325	2	3.048	3.373	7.051
M. Cultura	301	297	99	8	3	8	3	5	13	24
MDA	200	0	0	0	0	0	0	81	81	114
M. Defesa	0	56	-	11	-	10	-	119	129	162
M. Integr. Nacional	2.748	523	19	148	5	148	5	682	830	2.253
M. Turismo	0	0	-	0	-	0	-	0	0	0
M. Cidades	16.822	7.285	43	154	1	150	1	8.740	8.890	10.151
Total	41.844	15.509	37	1.847	4	1.825	4	14.334	16.159	23.836

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Documento elaborado com dados disponíveis até 3 de julho de 2012.